

Processo nº: 0134900-89.1995.5.15.0053 RTOrd[rt]  
RECTE: EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA + 00002  
RECD: União + 00001

Despacho Id: 39970660  
MSFZ/ttpc

## HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS

A condenação dos autos versa sobre adicional de periculosidade e reflexos (fl. 155).

O polo passivo foi alterado algumas vezes, de Fepasa para Rede Ferroviária Federal. Depois de extinta a RFFSA, pois sucedida pela União, conforme Lei 11.483/07, determinando-se a inclusão no polo passivo da União como primeira reclamada e Ferrobán, como segunda. (fls. 579), em virtude de contrato de concessão. Por fim, a Ferrobán teve nova denominação, passando a ser All & América Latina Logística Malha Paulista S/A.

Os cálculos foram homologados às fls. 467.

Às fls. 660/661 foi expedido precatório (ofício requisitório de pequeno valor).

O reclamante Walter Rocha de Oliveira informou nos autos que continuou laborando para a ré sem que fosse inserido o adicional em seu contracheque (fls. 623), vindo a apresentar novos valores às fls. 712/731, do período de janeiro de 1999 a maio de 2006.

A segunda reclamada manifestou-se a respeito dos cálculos do autor (fls. 750/752), dizendo que o reclamante calculou o adicional com valores superiores ao salário base. Indica que o obreiro apurou o adicional para períodos em que esteve afastado das funções (16/03/1999 a 19/04/1999 e de 22/06/1999 a 20/09/1999). Destaca que não houve dedução de adicional efetivamente pago, e apresenta os seus próprios cálculos às fls. 768/831.

A União, primeira reclamada, impugna os cálculos do obreiro às fls. 871/876, alegando que não tem responsabilidade pe



débitos posteriores a 31/12/1998, diante da concessão à Ferrobán, nos termos da OJ 225, do TST. Sustenta também, que há incidência indevida de juros nas verbas referentes ao FGTS e declara que os juros devem ser computados com taxa de 0,5% ao mês a partir da sucessão da FFSA, ocorrida em 22/01/2007.

A respeito das alegações da União, assinale, primeiramente, que a OJ 225 aborda que a responsabilidade subsidiária persiste após a concessão. Veja no inciso I, in verbis:

**OJ-SDI1-225 CONTRATO DE CONCESSÃO DE RESPONSABILIDADE PÚBLICO.**

**SERVIÇO TRABALHISTA**  
Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento, ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade:

I - em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, **sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão**"

No caso dos autos, os cálculos ora discutidos são do período em que o reclamante ainda estava laborando. Isto é, a rescisão contratual, se já ocorreu, foi posterior à concessão.

Portanto, a União responde subsidiariamente.

Diante disso e por acharem-se em conformidade com os critérios da coisa julgada, **HOMOLOGO** a conta da segunda reclamada, All - América, à exceção do IR que não é devido, e fixo o *quantum debeatur* em **R\$ 24.531,08** (vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e oito centavos), relativo ao principal, **R\$ 27.367,32** (vinte e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) referentes aos juros, **LIQUIDO**, já deduzida a contribuição previdenciária do empregado no importe de R\$ 2.929,56, válidos para **01/03/2011**.

A reclamada deverá comprovar o pagamento do INSS no importe total de **R\$ 10.396,57**, sendo R\$ 7.467,01 da sua alíquota e R\$





2.929,56 da alíquota do reclamante, sob pena de execução, para  
01/03/2011.

Imposto de renda isento nos termos da IN nº 1127/11.

Os valores acima deverão ser atualizados até a data  
do seu efetivo pagamento.

#### 1 ENCARGOS SOCIAIS:

Contribuição fiscal apurada conforme Instrução  
Normativa RFB nº 1.127/2011, incidindo o disposto no artigo 12-A da Lei nº  
7.713/88. Quanto aos recolhimentos previdenciários, observados o artigo  
43, da Lei nº 8.212/91, bem como os Provimentos 02/93 e 01/96 da  
Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. Tudo em consonância com a  
Súmula 368, do C. TST.

Cite-se primeiramente a segunda executada, através  
de seu patrono, nos termos do artigo 475 J, do CPC. Fica o devedor ciente  
de que não efetuando o pagamento dos valores devidos, no prazo legal (15  
dias), será acrescida à condenação a multa no percentual de 10% sobre o  
montante da condenação.

Não havendo pagamento ou não ofertando a  
executada bens à constrição, fica presumida a insolvência da empresa e,  
ato contínuo, desconsiderada a personalidade jurídica, nos termos do artigo  
28, do CDC, sendo inegável ainda a responsabilidade dos sócios, com  
amparo no artigo 135, do CTN. Prossiga-se, pois, a execução, também,  
frente aos sócios, com constrição de bens e valores.

Ademais, não efetuado o pagamento no prazo  
estipulado e desconsiderada a personalidade jurídica da empresa, tornem  
os autos para realização das ferramentas do convênio BACEN/JUD com o  
fim precípuo de tornar efetiva a entrega da tutela jurisdicional ao reclamante.

Ao senhor oficial de Justiça, nos termos do Provimento  
GP-CR nº 08/2010, para prosseguimento em face da empresa executada e  
seus sócios, como acima delineado e conforme art. 11, do capítulo PEN, da  
CNC, deste Regional. Após o resultado das diligências, voltem conclusos.

A União responde subsidiariamente, caso haja  
inadimplência da segunda ré, Al Améria.

O reclamante Walter Rocha de Oliveira deverá



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

comprovar nos autos, em 05 dias, a data da baixa do contrato de trabalho.

Dispensada a notificação da União (PGF), em razão do valor das contribuições previdenciárias, conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 582/2013.

Cumpra-se, na forma da lei.

Campinas, 27/06/2014.

MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI  
Juíza do Trabalho



886  
A

## ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 0134900-89.1995.5.15.0053  
EXEQUENTE: EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA  
EXECUTADO: União

Em 08 de agosto de 2014, na sala de sessões da MM. 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 10h53min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) exequente Walter Rocha de Oliveira, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Ermindo Manique Barreto Filho, OAB nº 229441/SP.

Ausentes os exequentes EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA e Marcelo Gil Canuto e seus advogados.

Ausente o(a) executado(a) União e seu advogado.

Ausente o(a) executado(a) ALL América Latina Logística Malha Paulista S.A. Presente o(a) advogado(a), Dr(a). Aurea Maria de Camargo, OAB nº 79916/SP.

### **CONCILIADOS**

Neste ato, o reclamante se diz plenamente satisfeito com o acordo de petição ora juntada, ratificando-o na íntegra, sendo que deverá ficar claro que a quitação outorgada neste caso refere-se apenas ao objeto da presente ação.

Eventual inadimplemento da parcela deverá ser informado pelo reclamante no prazo de 10 dias do vencimento da mesma, sob pena de se entender que o foi regularmente efetuado.

O inadimplemento ou a falta de comprovação de encargos decorrentes do acordo ora homologado, se houver, ensejará a execução, independentemente de intimação, haja vista a concordância da parte reclamada no particular, cuja citação é expressamente dispensada pela demandada nesta oportunidade, ante o prévio conhecimento da dívida líquida e certa. Assim, serão levados a cabo imediatamente os atos de penhora a que alude o artigo 883 da CLT, bem como o disposto no artigo 655-A do CPC, aplicando-se, para tanto, as determinações constantes no Provimento 01/2003 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelo prejuízo que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas executivas, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo.

Informado pelo reclamante o cumprimento integral do acordo ou, decorrido o prazo acima concedido para tanto, e, na ausência de manifestação concordância da União quanto à discriminação das verbas que compuseram a avença, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo.

Em se tratando de valores incontroversos, determino a imediata liberação do depósito recursal de fls. 870 em benefício do exequente WALTER ROCHA OLIVEIRA, razão pela qual ficam o exequente ou seu patrono presente e audiências autorizados ao imediato levantamento, prestando-se cópia desta

como guia de retirada para tal fim.

**HOMOLOGO** o acordo para que produza seus efeitos jurídicos.  
Custas já recolhidas.

A reclamada deverá comprovar no prazo de 10 dias os recolhimentos fiscais e previdenciários incidentes no caso, observando-se a proporcionalidade das verbas salariais de acordo com os cálculos homologados.

No mesmo prazo, também deverá comprovar o pagamento dos honorários periciais fixados em R\$ 450,00, sendo este valor válido até 13/11/1997, devendo ser atualizado até o efetivo pagamento.

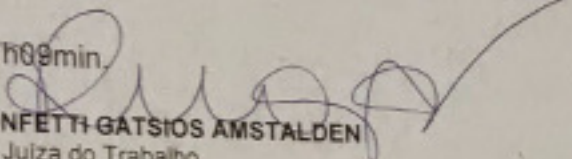
Desnecessária intimação do INSS em face do valor do acordo, em razão de requerimento da autarquia previdenciária, conforme portaria 435 de 12/09/2011 do Ministério da Fazenda.

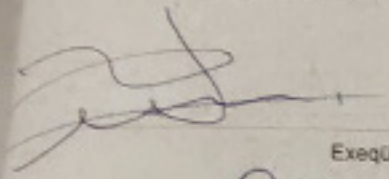
Cumpridas as providências determinadas, ao arquivo com as cautelas de praxe.

Cientes os presentes.

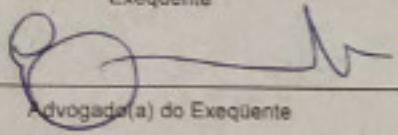
Audiência encerrada às 11h09min.

Nada mais.

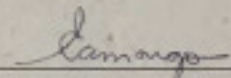
  
**ROBERTA CONFETTI GATSIOS AMSTALDEN**  
Juíza do Trabalho



Exequente

  
Advogado(a) do Exequente

Executado(a)



Advogado(a) do Executado(a)

Adriana Souza Costa  
Secretária de Audiências  
p/ Maria Isabel Mendes  
Diretora de Secretaria



processo Nº 0134900-89.1995.5.15.0053

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA  
PAULISTA S/A – 2ª Reclamada e WALTER ROCHA DE OLIVEIRA - Reclamante,  
por seus advogados infra-assinados, vêm respeitosamente à presença de Vossa  
Excelência informar que se conciliaram, na forma disposta no artigo 764 da  
Consolidação das Leis do Trabalho e dos artigos 840 e seguintes do Código Civil, com  
escopo de findar o presente litígio, nos termos abaixo:


1. As partes transacionaram o objeto da presente  
ação e o extinto contrato de trabalho pelo que o Reclamante receberá a **importância**  
**LÍQUIDA de R\$ 64.251,91 (setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais**  
**e noventa e um centavos)**, valor este composto das seguintes parcelas:

**VERBAS SALARIAIS –**

Adicional de periculosidade -	R\$ 20.376,14
Reflexos 13º salários, férias +1/3 -	R\$ 2.584,09
Total -	R\$ 22.960,23

**VERBAS INDENIZATÓRIAS –**

FGTS -	R\$ 2.076,80
Juros de Mora -	R\$ 39.214,88
Total -	R\$ 41.291,68



2 - As importâncias devidas a título de contribuição previdenciária, apuradas nos cálculos de fls. 750/752 e homologadas (fls 882/883 e 883verso), devidamente atualizadas para esta data, serão recolhidas e comprovadas nos autos pela 2ª reclamada, (ALL - América Latina Logística Malha Paulista S/A, nos valores de R\$ 2.989,99 - cota reclamante e de R\$ 7.621,03 - cota da reclamada.

3 - O Imposto de Renda, calculado nos termos da IN 1127/2011 e artigo 12-A da Lei 7713/88 acrescentado pela Lei 12.350/10, restou isento, conforme sentença de homologação de fls. 882/883 e 883verso).

4 - Assim, receberá o Reclamante, a importância líquida TOTAL de R\$ 64.251,91 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e um reais) será pago em 02 (duas) parcelas a saber:

a)- Primeira parcela no valor de R\$ 32.125,96 (Trinta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos), será paga no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da Reclamada da homologação da presente avença.

b)- Segunda parcela no valor de R\$ 32.125,96 (Trinta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) será paga no prazo de 30 dias após o final do prazo da primeira parcela;

5 - Recolherá a Segunda Reclamada, as contribuições previdenciárias, no importe de R\$10.611,02 (R\$2.989,99 - cota reclamante - R\$7.621,03 - cota reclamada), da seguinte forma:

a)- Primeira parcela no valor de R\$ 5.305,51 (Cinco mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e um centavos), composta dos valores de R\$1.494,99 - cota reclamante - R\$3.810,51 - cota reclamada), nos termos do §3º no artigo 43 da Lei 8212/1991, inserido pela Lei 11.941/2009, será paga no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência da Reclamada da homologação da presente avença.

b)- Segunda parcela no valor de R\$ 5.305,51 (Cinco mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e um centavos), composta dos valores de R\$1.494,99 - cota reclamante - R\$3.810,51 - cota reclamada), nos



3 890  
A

então do §3º no artigo 43 da Lei 8212/1991, inserido pela Lei 11.941/2009, será paga no prazo de 30 dias após o final do prazo da primeira parcela;

6. O pagamento do presente acordo será efetivado na conta corrente a seguir discriminada:

TITULAR: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS  
PAULISTAS  
CNPJ: 46.104.659/0001-99  
BANCO: BANCO DO BRASIL  
AGÊNCIA: 2857-6  
CONTA CORRENTE: 8080-2

7. Em caso de inadimplemento das verbas de natureza pecuniária, estipulam as partes a incidência da multa de 3% por dia de atraso, não capitalizados, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela inadimplida pela reclamada. A cominação estipulada não se aplica em caso de impossibilidade de depósito por incorreção nas informações bancárias descritas no item 6 supra.

8. Com o presente acordo, o reclamante outorgará à reclamada quitação geral e irrevogável do processo, bem como do extinto contrato de trabalho, ressalvadas as ações ajuizadas anteriormente ao presente acordo, dando por satisfeita toda e qualquer relação jurídica estabelecida entre as partes e ainda juros, correção monetária, nos termos do art. 840 e seguintes do Novo Código Civil, art. 831, parágrafo único c/c art. 764, parágrafo 3º da CLT., para nada mais reclamar seja a que título for, inclusive em face de todas as empresas do Grupo.

9 - As custas já foram recolhidas (fls.194);

10 - Requer ainda o reclamante a expedição de Alvará Judicial para levantamento da parcela do FGTS depositada em sua conta vinculada em cumprimento do despacho de fls.857, conforme Guia de Depósito de fls.870.

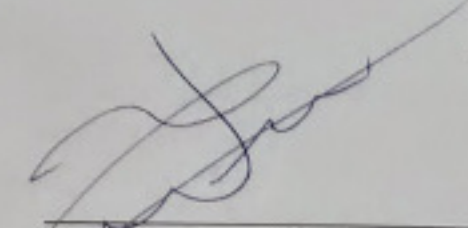
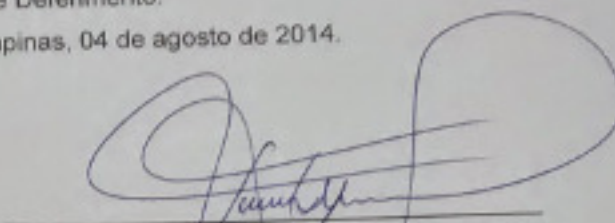
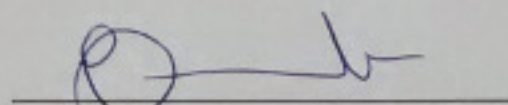
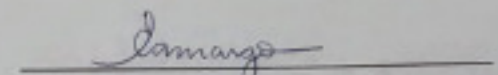
✍

Por estarem assim, justas e desta forma conciliadas, as partes firmam o presente, requerendo a homologação do acordo com a extinção do processo em face da 2ª reclamada, pois responsável apenas pelos créditos devidos ao ora reclamante, nos termos do artigo 269, III do CPC,

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 04 de agosto de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Walter Rocha de Oliveira  
Reclamante  
\_\_\_\_\_  
p/p Recda Lúcia Helena de Souza Ferreira  
OAB/SP 89.797  
\_\_\_\_\_  
p/p Recte- André Luis Froidi  
OAB/SP 273.464 88.  
\_\_\_\_\_  
p/p Recda Aurea Maria de Camargo  
OAB/SP 79.916